

ESPECIARIA

Cadernos de Ciências Humanas,
v. 22, ano 2025 | ISSNe: 2675-5432

Ciência, Democracia e Universidade

Entrevista

João Carlos Salles Pires da Silva

Doutor em Filosofia pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Docente na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Pesquisador, escritor e Reitor da Universidade Federal da Bahia por dois mandatos, entre 2014-2022.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4872-3465>

Entrevistadores/editores:

Antonio Balbino Marçal Lima

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-0244-6942>

Ailson Pinhão de Oliveira

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Adjunto na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-3199-5817>



Recebido em: 15/10/2025
Aprovado em: 15/10/2025
Publicado em: 08/11/2025

Ciência, Democracia e Universidade¹

João Carlos Salles Pires da Silva²

Antonio Balbino Marçal Lima³

Ailson Pinhão de Oliveira⁴

ESPECIARIA: Vivemos uma fase da civilização marcada pela desconstrução de valores culturais tradicionais, inclusive pelo esvaziamento do sentido das palavras. Com isso, muitos conceitos perdem profundidade e passam a circular apenas como aparências. Na sua avaliação, quais são as principais causas desse fenômeno?

JOÃO CARLOS SALLES: A precedência da palavra sobre outros instrumentos de poder é uma exigência central da vida democrática. Nesse sentido, a democracia depende do valor da argumentação, dos padrões acei-

¹ Em agosto de 2025, o filósofo e professor João Carlos Salles Pires da Silva esteve na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) para ministrar a Aula Magna. Na ocasião, ele apresentou uma brilhante reflexão sobre o tema “Ciência, Democracia e Universidade”. A Revista Especiaria acompanhou o evento e aproveitou a oportunidade para realizar esta entrevista com o palestrante.

² Doutor em Filosofia pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Docente na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Pesquisador, escritor e Reitor da Universidade Federal da Bahia por dois mandatos, entre 2014-2022.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4872-3465>

³ Mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).
ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-0244-6942>

⁴ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Adjunto na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).
ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-3199-5817>

tos pela comunidade para a deliberação sobre seu destino. Em sendo assim, a democracia vive uma permanente tensão. Primeiro, ela precisa decidir quem tem direito de cidadania, quem pode argumentar e votar. Isso é essencial, pois o modelo grego originário padecia de um paradoxo, prezava a palavra, mas restringia bastante quem podia votar e decidir. É como se a palavra não valesse por si mesma e precisasse ser garantida pela condição de ser homem ou, futuramente, de ser proprietário. Segundo, nessa mesma linha, o contexto democrático deve separar os bons dos maus argumentos, sendo os bons aqueles que se pautam por padrões racionais ou razoáveis de argumentação, e não por um ataque a quem enuncia ou por alguma ameaça sobre quem enuncia. Por isso mesmo, a filosofia combatia apelos à autoridade, argumentos *ad hominem* ou recursos à força.

No caso das redes sociais, o teórico se vê rapidamente substituído pelo *influencer*, o conteúdo pela forma, a validade pela eficácia argumentativa. Nesse contexto de grande virulência, a retórica mais selvagem prevalece, com usos os mais sofisticados de recursos de imagem em uma profusão ilimitada de meios de persuasão – que não são, por si, meios de convencimento, de um trabalho de justificação pelo qual se chega a um resultado coletivamente. Para falar em termos cartesianos, lembrando uma passagem das *Regras para a Direção do Espírito*, a verdade quebra por completo seus vínculos com a evidência.

Além disso, estamos expostos a uma situação de simultaneidade global, ou seja, estamos hiperinformados, mas não mais bem talhados para o exercício democrático da argumentação. É fácil assim identificar uma dessensibilização psíquica generalizada, um ambiente no qual algumas palavras perdem seu peso. Tomemos como exemplo duas palavras que, a um só tempo, parecem dizer tudo e deixam, todavia, de dizer muita coisa: genocídio e liberdade.

Ora, a palavra “genocídio” parece forte, mas a realidade, de tão cruel, consegue ultrapassá-la. A palavra não parece adequada para descrever o que se passa em

Gaza. Por quê? A palavra se tornou insuficiente; é agora fraca, inane, incapaz de dar conta de todos os contornos da situação, de circunscrever esse extremo limite ao qual chegamos todos. A palavra parece apequenada para descrever os fatos. Não temos apenas um estado de barbárie extrema, de violência orquestrada, temos a cumplicidade de um mundo que observa, que acompanha em tempo real, sem que uma reação se faça à altura da urgência e da gravidade do problema. Esse é o ponto. Hoje, acompanhamos em tempo real a barbárie e, desse modo, nós estamos todos comprometidos com o massacre. Por artes perversas, assistimos com maior ou menor indiferença atos que a palavra mal consegue sugerir, menos ainda descrever, não dando conta, por exemplo, da cumplicidade dos governantes, do espetáculo, da chaga aberta.

Ao apontar esse transbordamento negativo da realidade, podemos recuperar no lado oposto a bela frase de Clarice Lispector: “Liberdade é pouco. O que eu desejo ainda não tem nome”. A liberdade deve ser pouco para todos nós, se apenas uma espécie de construção de um *bunker* pessoal, de uma proteção contra o Estado tido como sempre ameaçador e, por outro lado, como uma geração de direitos que, parecendo fortalecer o cidadão, termina por transformá-lo em um consumidor – aquele que se mede não por sua identidade social, mas sim, digamos, por seu poder aquisitivo ou suas propriedades. Se visamos apenas a um usufruto privado, não teremos liberdade em sentido mais profundo, assim como jamais deve sentir-se livre quem tem um irmão prisioneiro.

ESPECIARIA: Você se referiu a não estarmos em geral bem talhados para a argumentação democrática. O que significa isso?

JOÃO CARLOS SALLES: Isso é algo que podemos aprofundar, mas quis sugerir algumas condições que as redes costumam evitar. Elas parecem acessíveis a todos, como lugar da mais plena liberdade. Ora, não garantimos

nelas uma igualdade de direitos, mas apenas uma aparência de uma tal igualdade, pela ideia de que todos podem fazer postagens, emitir opiniões. Essa, entretanto, é uma igualdade simulada. As redes não apagam as diferenças de acesso, os meios mais organizados de persuasão de quem tem poder, de quem pode prevalecer em debates. Certamente, há oportunidades que o talento pode colher nessa seara, mas essa possibilidade, relativamente residual, faz parte da ilusão de termos um ambiente democrático, no qual anseios e opiniões são expressos. Certamente o são, mas ao preço de uma diminuição da qualidade argumentativa.

Além da igualdade de direitos de quem argumenta, é preciso assim garantir a capacidade de um interlocutor se assenhorar dos meios de argumentação. Para isso, porém, é preciso que as redes não substituam a própria formação; elas não podem suprimir, por exemplo, o papel das universidades. Quem participa do debate democrático deveria cultivar uma igualdade potencial de compreensão, mas não é o que ocorre sem uma construção e valorização da qualidade argumentativa, o que supõe um tempo como o das universidades e não a imediatez das redes.

Outra característica do exercício democrático é o respeito à alteridade. Ou seja, o debate democrático como tal, mesmo quando leva a uma deliberação, não visa a destruir o outro. O debate pode e deve servir inclusive a uma qualificação da divergência. Isso está longe de ser o que vemos nas redes. Enfim, o exercício democrático supõe a reiteração de nossa confiança na linguagem. As redes, ao contrário, visando não ao convencimento, mas sim à destruição da diferença, terminam por provocar uma descrença no próprio meio utilizado, porquanto reduzem a linguagem a uma arma.

Certamente, a linguagem é uma forma de poder, mas vital à democracia por poder ser mais do que isso: uma forma essencial de colaboração não compulsória. As redes, pois, além de forjarem essa dominação compulsória, são um meio compulsivo. Por isso mesmo, em vez de nos

abrirem para um diálogo, elas nos viciam na reiteração do mesmo e nos fecham em bolhas infensas à alteridade.

ESPECIARIA: Há algo então na vida universitária que as redes sociais não podem reproduzir. Há algo singular na academia. Por outro lado, a relação entre ciência, universidade e democracia pode ser concebida e aplicada de diferentes formas, dependendo dos interesses e das circunstâncias históricas. Como o senhor enxerga essa interação no Brasil atual?

JOÃO CARLOS SALLES: Esse é um ponto importante. E hoje tem importância global, para além do contexto brasileiro. Mundo afora, as universidades têm sido atacadas. É um sinal de como importam para a defesa da democracia, o que elas fazem de maneira muito singular.

Em primeiro lugar, as universidades desenvolvem pesquisas que devem respeitar os padrões de investigação próprios da comunidade científica. Ou seja, não subordinam seus resultados a algum interesse externo à própria procura da verdade. Em segundo lugar, no ambiente da universidade, como local de diálogo especial entre os saberes, a produção científica se enriquece pela interação entre diversas áreas, o que favorece a construção de campos de argumentação mais amplos, e não apenas restritos a uma aplicação técnica.

Com isso, as universidades terminam por articular saberes, como se se constituíssem em um poder moderador da própria racionalidade. Claro que as universidades não substituem nem devem substituir outros poderes ou processos de decisão, mas ensaiam ou esboçam, por assim dizer, os limites da argumentação que deve ser levada em conta nas políticas públicas e nas decisões que importam para a humanidade, em relação a aportes científicos e tecnológicos.

Considerando as circunstâncias históricas brasileiras, as universidades públicas têm um peso singular, uma vez que se associam à própria constituição das condições

de uma autêntica soberania nacional. Como bem sabemos, elas existem contra um solo de desigualdades históricas, de exclusões variadas, de diferenças regionais profundas. Desse modo, contribuem decisivamente para termos no Brasil um lugar de produção do conhecimento, que também deve corresponder a um padrão comum, a um só tempo, elevado e inclusivo, que se encontre bem distribuído por todo país.

É natural, então, o papel de longa duração das universidades na produção do conhecimento e o eventual e forte papel de resistência em circunstâncias políticas de eventual retrocesso político e maior obscurantismo. Em suma, universidades são apostas da sociedade na superação das desigualdades pela formação de pessoas e pela produção de conhecimento, mas também pelo cultivo de relações intersubjetivas únicas, essas que podem configurar desenhos mais aprofundados de cidadania.

ESPECIARIA: Realmente, nos últimos tempos, os embates políticos têm se concentrado em ataques à democracia e às instituições do Estado capitalista, mas também se estendem ao descrédito da ciência, à vigilância e à tentativa de cerceamento da liberdade no sistema de ensino. A universidade parece mesmo incomodar muito e provoca reações desproporcionais por parte das forças conservadoras. Como vê isso?

JOÃO CARLOS SALLES: A universidade, como instância naturalmente crítica, incomoda bastante uma sociedade com lastro conservador. Afinal, não é uma instituição domável, quando mobilizada, quando inspirada por seus valores mais profundos. Vale observar que, estando na sociedade, a universidade tem inimigos externos, muitos e muito perigosos, mas também pode se ver diminuída de dentro, por uma sanha neoliberal interna, que em nada contribui para proteger ou fortalecer sua aura.

Nesse contexto, a universidade deve ser lembrada de sua natureza especial por uma constante provocação.

Caso contrário, podemos ver seus espaços burocratizados, diminuídos, sem a energia do debate e da mobilização, com gestores muitas vezes reduzidos a meros síndicos ou captadores de recursos. Nesse caso, a universidade ver-se-ia então medida pelo mercado ou nivelada a qualquer outra repartição pública.

Não por acaso, o projeto das elites conservadoras pode ter algum apelo retórico, nivelando as universidades públicas com as privadas. Essa operação funciona porque as elites operam no limite ideológico das aparências que selecionam, e sua retórica alimenta sua política. Por exemplo, as elites dizem através da grande imprensa que as universidades são um poço sem fundo. Lembro um Editorial deste ano da Folha de S. Paulo que dizia: “Não haverá dinheiro que baste para universidades públicas”. Nesse Editorial, as universidades apareciam como um projeto fracassado e caro, no qual, ademais, servidores docentes e técnicos atrevem-se a fazer greves, tendo o condenável benefício da estabilidade. E o Editorial abre em seguida toda sua pauta reacionária, travestida em modernidade, avanço.

Vale notar que tal rebaixamento não está ocorrendo apenas na narrativa conservadora brasileira. Ele se tornou moeda efetiva na atual política do governo Trump. Parece surpreendente, mas é óbvio que o combate às bandeiras de equidade, diversidade e inclusão encontram agora terreno fértil no solo da sociedade americana, com ataques diretos do governo Trump a instituições que nos pareciam acima do bem e do mal, como Harvard e Columbia.

ESPECIARIA: Diante dos ataques e das tentativas de deslegitimação das universidades públicas pela narrativa conservadora no Brasil (semelhante a ataques como esses que você menciona nos Estados Unidos), como o senhor avalia o papel do engajamento crítico, tanto da comunidade acadêmica quanto da sociedade em geral, na defesa dessas instituições como pilares fundamentais da democracia?

JOÃO CARLOS SALLES: Devemos compreender, primeiro, que o ataque não é apenas tópico, não tem em vista apenas alguma questão conjuntural ou econômica. O ataque às universidades procura retirar-lhes a condição de uma espécie de poder moderador da racionalidade, como dissemos acima e repito. Sem poder nem dever decidir os destinos da sociedade, insisto, a universidade pode, contudo, desenhar os limites do debate, esclarecer os termos em que a divergência pode se dar, elaborar o vocabulário com que algum consenso pode vir a produzir-se. É preciso ter esse lugar de moderação, um lugar no qual se produzem ciência, cultura e arte, e que, por conseguinte, não é apenas um instituto isolado de pesquisa, nem só uma instituição de ensino, mas sim o de um espaço alargado de diálogo entre as diversas formas de saber, à medida que, enquanto equipamento público, é capaz de reflexão, de organização da experiência do significativo.

Deixada a si mesma a sociedade, caso esta se renda a um simples jogo de forças e renuncie a esses equipamentos estratégicos (as universidades, que são parte da formação da opinião pública), as pulsões mais nefastas podem afirmar-se. As universidades podem até estar presentes e nunca deixarão de estar; entretanto, como insiste em nos ensinar a história, não parecerá mais haver incompatibilidade entre desenvolvimento tecnológico e degradação da cultura e dos valores humanos. Esse é um paradoxo que nada tem de raro. Agora, ele nos ameaça em escala jamais vista.

Nesse contexto, a mobilização da nossa comunidade acadêmica é essencial. E ela deve se dar em vários níveis. No próprio exercício acadêmico de ensino, pesquisa e extensão, para os quais a qualidade é um traço essencial. Com efeito, a boa produção do conhecimento repercute no próprio letramento científico da sociedade, sendo a ciência chamada a contribuir no desenho das soluções para os atuais desafios, como a crise energética, as mudanças climáticas etc. Além disso, a mobilização se traduz nas políticas de inclusão e de verdadeiro acolhimento, fazendo

com que a energia e o talento de nosso povo solicitem e tragam respostas inovadoras. Enfim, a mobilização é acadêmica e também política, com o engajamento de nossas categorias, tanto na defesa da universidade como no debate público.

ESPECIARIA: A importância especial dessa mobilização tem a ver com a natureza autônoma da universidade? Vale lembrar que o artigo 207 da Constituição Federal estabelece que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Podemos afirmar que, ao serem atacadas, as universidades, a ciência e a própria democracia estão tendo esses princípios constitucionais ameaçados?

JOÃO CARLOS SALLES: A definição de autonomia é essencial à universidade, tendo sido formulada com rara felicidade em nossa Constituição. Costumamos duvidar da sabedoria dos legisladores. Há motivos de sobra para isso. A legislação traduz, muita vez, alguma idiosincrasia, que a história cuida de desmentir. Em casos especiais, porém, chegamos a nos surpreender com a virtude e a sensibilidade com que algumas formulações se antecipam a adversidades e sobrevivem ao teste do tempo. Em casos assim, a letra da lei vai ao encontro do melhor espírito, servindo-nos como um guia. Mais que uma regra, torna-se uma bandeira. É o caso da definição da própria autonomia da universidade nesse artigo 207. Tão forte é a ideia que, bem compreendida, não pode ser nominal. Não é uma fórmula de circunstância, uma que aceite a eventual redução burocrática, como uma regra apenas retórica.

Note que o artigo conjuga autonomia didático-científica, administrativa e de gestão à obediência ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Com isso, está dito que o respeito ao artigo depende dessas duas partes em conjunção. A conjunção é o ele-

mento lógico definidor. Logo, a autonomia não é burocrática, não é uma garantia formal que torna intocada a instituição. Ao contrário, ela depende de a universidade cumprir sua missão formadora de ensino, sua obrigação de ter esse ensino associado à produção de conhecimento e de manter nesse processo um laço com a sociedade.

O legislador compreendeu bem a natureza da aposta implicada na existência de universidades, bem como o vínculo que, por meio delas, se estabelece entre a atividade científica e a vida democrática.

ESPECIARIA: Sabemos que, historicamente, as universidades públicas brasileiras têm sido espaços privilegiados para a produção científica, a reflexão crítica e a formação de cidadãos comprometidos com a democracia. No atual contexto de pressões externas e tentativas de deslegitimação política, o vínculo entre ciência, democracia e universidade torna-se ainda mais desafiador – e ao mesmo tempo indispensável para o futuro do país. De que forma a ciência produzida nas universidades públicas pode fortalecer a democracia e resistir às pressões políticas e econômicas do imperialismo que buscam limitar sua autonomia nacional?

JOÃO CARLOS SALLES: Com efeito, o mundo nunca esteve tão perigoso, sendo, ao mesmo tempo, opaco e transparente. Nesse cenário efetivo e politicamente bem forte, uma conjuntura específica nos leva a associar ciência, democracia e universidade. Trata-se hoje de ligar esses termos que, entre tantos aspectos, se conjugam hoje na necessária defesa de nossa soberania nacional. Afinal, ciência e universidade devem poder ser instrumentos da consolidação democrática e da capacidade de nossa sociedade enfrentar seus desacordos em bases que não ameacem a própria racionalidade, nem esvaziem a natureza democrática do espaço público.

A soberania nacional foi ameaçada recentemente e para sua defesa cumprem papel conjugado universidades,

produção científica e vida democrática. Nesse cenário, a defesa da soberania nacional nada tem de irrelevante. Os que desconsideram sua importância são incapazes de ver a importância efetiva de um estado de direito, mesmo se esteja aquém de um desenho radicalmente democrático de sociedade. Se liberdade é pouco, se o que desejamos ainda não tem nome, renunciar à defesa da liberdade equivale a enterrar os sonhos mais profundos e ainda não nascidos da humanidade que teimamos por defender.

Por outro lado, a simples defesa da soberania nacional, sendo deveras decisiva, pode ser apenas formal e mesmo falsa, caso silencie sobre o conteúdo do que precisa ser defendido. Em suma, qual é o projeto de nação que defendemos? Os que ora se unem nessa luta não abandonam interesses. Os projetos são distintos, mesmo se em uma frente única. Empresários estão longe de ser apenas brasileiros e têm razões para se sentirem mais ameaçados em seus lucros que em sua honra. Não estão defendendo apenas sua brasilidade, mas sobretudo sua fortuna.

De nossa parte, nós também defendemos interesses. É importante poder explicitar que defendemos interesses, mas não são os mesmos da grande indústria ou do agronegócio. Desse modo, é fundamental dar conteúdo à defesa da soberania nacional, colorindo com nossa pauta mais avançada a necessária mobilização da sociedade. Defender a soberania não implica arrastar seus grilhões. Estarmos juntos e misturados com a defesa liderada pelo governo Lula não implica silenciar, por exemplo, sobre o fato cabal de que a educação superior continua sem ter a prioridade devida, de que a luta ambientalista tem acumulado derrotas ou ainda de que o discurso privatista continua a pervadir ministros, governantes e parlamentares que se autodefinem como de esquerda.

Defender a nação tampouco equivale a uma apologia. Como já disse em outros lugares, nossa defesa tem sentido bastante específico, dependendo do modo como relacionamos internamente os conceitos, de como

compreendemos peças fundamentais de uma soberania, ou seja, de como vemos o papel da independência científica, do espaço público formador de consensos e dissensos e, enfim, de como escolhemos formas de governo que expressam a soberania reforçando ou não a identidade de seus cidadãos.

Por isso, defendemos a soberania armados com um projeto específico de ciência e de universidade, com nossa memória democrática de luta contra as diversas formas de exclusão e discriminação, sabendo que as próprias instituições que defendemos têm também servido a expedientes de dominação, mas que não construiremos uma sociedade democrática por sua mera destruição.

Defendamos, pois, o solo mesmo no qual podemos urdir nossa luta, que é sem trégua, e alimentemos a possibilidade de transformação profunda da sociedade – algo que jamais brotaria de alguma retórica oportunista, mas sim, com sua mistura difícil de permanência e superação, pode medrar apenas como um sol que há de sair “de uma azul casca de ovo”.